Fontes para o estudo das ações escravas em Campinas (Revolta do Monjolinho, 1819)

Sources For the Study of the Slave Revolts in Campinas (Monjolinho Revolt, 1819)

Arthur Harder Reis

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), mestrando no Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), Guarulhos, SP, Brasil.

Professor efetivo de História na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), São Paulo, SP, Brasil.
arthurharder55@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2044-7729

Resumo: Nos estudos sobre ações escravas em São Paulo, destacam-se os recortes temporais que avançam sobre o momento de expansão e consolidação das fazendas de café. O período da lavoura canavieira tem recebido menos atenção, sobretudo em termos da rebeldia escrava. Nesse sentido, apresenta-se aqui a transcrição de duas representações, datadas de fevereiro de 1819, feitas pela Câmara de São Carlos e pelo Brigadeiro Luis Antonio de Sousa, disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), em torno de um episódio conhecido como "Revolta do Monjolinho". Com isso, o objetivo está em ampliar o olhar sobre as movimentações escravas no começo do século XIX em São Paulo, na medida em que essas fontes complementam aquelas já transcritas e publicadas nos *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* sobre o mesmo episódio. Assim, será possível aprofundar os estudos sobre a rebeldia escrava no Oeste Paulista, a região canavieira mais pujante de toda a capitania.
Palavras-chave: Revolta escrava; São Paulo colonial; Engenho do Monjolinho.

Abstract: In studies on slave labor in São Paulo, the periods of expansion and consolidation of coffee plantations stand out. The period of sugarcane cultivation has received less attention, especially in terms of slave rebellion. In this regard, we present here the transcription of two reports, dated February 1819, made by the São Carlos City Council and Brigadier Luis Antonio de Sousa, available at the São Paulo State Public Archives (Apesp), concerning an episode known as the "Monjolinho Revolt." The objective is to broaden the view of slave movements in the early 19th century in São Paulo, as these sources complement those already transcribed and published in *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* on the same episode. This will make it possible to further studies on slave rebellions in western São Paulo, the most prosperous sugarcane region in the entire captaincy.
Keywords: Slave revolt; Colonial São Paulo; Monjolinho sugar mill.

A história da rebeldia e da agência escrava em São Paulo já mereceu atenção e muitas páginas de diferentes historiadores e historiadoras. Para o tema da criminalidade, existem os clássicos trabalhos de Maria Helena Machado[1]; sobre a família, a obra de Robert Slenes[2]; e em termos da luta pela liberdade, há de se mencionar as produções de Regina Xavier e Ricardo Pirola[3]. Isso para citar apenas alguns exemplos.

Nesse conjunto de ricas produções, contudo, nota-se certa ausência para o período que vai dos fins do século XVIII até as primeiras décadas do XIX. Maria Petrone fala no "desprezado ciclo do açúcar paulista" (1765-1850)[4]. Já Francisco Vidal Luna e Herbert Klein pontuam que, entre o período "heroico" dos "primeiros conquistadores e colonizadores portugueses" e o *boom* do café a partir de 1850, "conhece-se bem pouco do período 'pós-heroico'"[5].

---

[1] Maria Helena Machado. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: EdUFRJ e Edusp, 1994; Maria Helena Machado. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistências nas lavouras paulistas*. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2018.

[2] Robert W. Slenes. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

[3] Regina Célia Lima Xavier. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/Ed. Unicamp, 1996; Ricardo Pirola. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

[4] Maria Petrone. "O desprezado 'ciclo do açúcar' paulista (1765-1850)". In: Nilo Odália e João Ricardo Caldeira. (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Ed. da UNESP, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado, 2010, v. 1, p. 154.

[5] Francisco Luna e Herbert Klein. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Ed. USP, 2024, p. 15. Ernâni Bruno bem

Esse momento, ainda repleto de possibilidades de estudo, pode ser reconsiderado à vista de novas fontes. Para exemplificarmos esse cenário, iremos nos deter na revolta de escravos do Engenho Monjolinho, ocorrida no começo de 1819 nas terras do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, em São Carlos.

Os idos de 1819 no Engenho do Monjolinho, vale dizer, não passaram despercebidos pela historiografia. Ainda que apenas parte das fontes tenha sido posta à luz (as demais, transcrevo a seguir), alguns autores delinearam os traços gerais daquele levante fazendo uso apenas da documentação publicada nos *Documentos interessantes*[6], o que resultou na exposição parcial das informações sobre o episódio.

Clóvis Moura, em seu *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, dedicou um verbete ao ocorrido. Nas palavras do autor:

> ENGENHO MONJOLINHO, LEVANTE NO.
> Em São Carlos (interior do estado de São Paulo), no ano de 1819, um grupo de escravos evadiu-se do engenho de propriedade do brigadeiro Luís Antônio de Souza, praticando "desordens". A Junta Interina da Capitania, ao cientificar-se dos acontecimentos, ordenou ao juiz que prendesse todos os escravos que "entraram na desordem", "com todas as precisas cautelas, e serão açoitados cada um e para maior respeito, e evitar qualquer acontecimento da parte dos escravos, vai encarregado por este governo o Coronel de Cavalaria desse distrito Antônio Leite Pereira da Gama Lobo para auxiliar a prisão, e execução do castigo com toda a tropa miliciana que ali se puder ajuntar" [...]. No mesmo dia, a Junta dirigiu-se à Câmara de São Carlos, informando ter

define esse momento da história de São Paulo: "[...] uma fase um tanto indefinida e talvez pouco conhecida da história social de São Paulo [...] a existência de uma região brasileira que não era já o núcleo das bandeiras predadoras e do sertanismo minerador, como o fora de fins do século dezesseis ao primeiro quartel do século dezoito. E não era ainda a região cuja riqueza maior e cuja feição econômica mais característica se traduziriam na onda verde dos cafezais, como o seria a partir de meados do século passado". Cf. Ernani Bruno (org.). *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 10.

[6] Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: ofícios, bandos e portarias dos senhores governadores interinos da capitania de São Paulo. Anos 1817 a 1819. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1963. v. 88. Sobre os *Documentos*, consultar: André Oliva Mendes. *São Paulo e seus documentos interessantes: representações e patrimonialização da história paulista*. Curitiba: Appris, 2019.

> recebido o ofício que a cientificava da ocorrência e estabelecia medidas acauteladoras contra os escravos insubordinados. Ordenava também que fossem tomadas medidas repressivas e que uma patrulha de oito homens rondasse a vila. Informava, por outro lado, sobre as medidas que concedera ao juiz "para desagravo da Justiça ofendida, e para conter os escravos". Aqueles que foram presos acabaram condenados a duzentos açoites cada um[7].

No verbete, observa-se com clareza a reação senhorial e das autoridades. O foco privilegiado está na repressão. Nada sobre o que teria motivado os cativos a praticar as "desordens". Outra menção semelhante, também nos limites dos *Documentos interessantes*, é a de Nanci Leonzo, que cita o episódio apenas para destacar a atuação da milícia como força repressora e de controle social[8].

O levante aparece novamente nas páginas de Maria Celestina Torres. Tratando da vida do Brigadeiro Luís Antônio Souza e de seu filho, o Comendador Souza Barros, a revolta do Monjolinho é vista quase que como um desvio na ordem natural das relações escravistas. Um episódio menor, sem importância e facilmente controlado pelos senhores de terra e escravos.

Ao contar as riquezas e feitos do Brigadeiro, Torres reconhece que "entretanto, também há problemas e dificuldades", pois

> [...] sempre houve, no regime patriarcal e escravocrata que caracterizou a formação social e econômica do Brasil Colonial, pequenas dificuldades com os escravos, chegando, às vezes, a pequenos motins que eram reprimidos severamente[9].

Entre esses problemas e dificuldades está o episódio do Engenho do Monjolinho. Nesse caso, a autora aborda as "pequenas

---

[7] Clóvis Moura. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 2022, p. 146. Em *Rebeliões da Senzala*, o autor também menciona o ocorrido de modo muito semelhante: Clóvis Moura. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021, p. 337.
[8] Nanci Leonzo. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese de Doutorado em História: Universidade de São Paulo, 1979, pp. 224-236.
[9] Maria Celestina Teixeira Mendes Torres. *Um lavrador paulista do tempo do império*. Piracicaba: Equilíbrio, 2010, p. 18.

reações" que começavam a pulular no Brasil no começo do século XIX, motivadas pela ação antiescravista que se via em países como Inglaterra e França.

> Já na época de D. João VI, quando, veladamente, em surdina, se comenta a campanha anti-escravagista encabeçada no mundo ocidental pela Inglaterra aqui e ali, se sucedem pequenas reações que, evidentemente, nada têm que ver com um movimento ainda desconhecido dos escravos, mas que permitem que se considere que três séculos de escravidão não conduziram o negro a uma total submissão, e, muitas vezes, aparentemente livres das restrições impostas durante as horas de trabalho, aproveitam-se de momentânea liberdade dos seus dias de folga para dar vazão a seus sentimentos recalcados. E, em terras do brigadeiro Luiz Antonio, nem sempre teria reinado paz entre senhores e escravos. Três ofícios que reproduzimos, dirigidos pelo governo da capitania de São Paulo, datados de 3 de março de 1819, ao coronel João Vicente da Fonseca, ao Juiz Ordinário de São Carlos e à Câmara Municipal de São Carlos; podem dar uma idéia do problema e da sua solução no momento[10].

Ainda que fale da ausência de "total submissão" do negro, essa se dá em íntima associação com a presença da "campanha anti-escravagista", que não pertence aos escravos, ao mesmo tempo que coloca essas ações como excessos da liberdade dos seus dias de folga, quando os sentimentos "recalcados" viriam à tona. Nada de estratégia, política e consciência por parte dos cativos: apenas influências externas e sentimentos recalcados. Revela-se, portanto, como a autora entende as motivações da revolta dos escravos do Monjolinho.

Da citação apresentada seguem as transcrições dos ofícios disponíveis nos *Documentos interessantes*, que, pela natureza daquele compilado de fontes, privilegia a correspondência entre autoridades locais e da capitania. Não há espaço para pensar ou entender as motivações dos revoltosos: isso temos de buscar em outras fontes. Citados os documentos, Torres faz o arremate final de sua leitura do episódio, destacando que

[10] *Idem*, pp. 18-19.

> Os fatos que provocaram os ofícios do triunvirato que governava São Paulo em 1819 provavelmente não serão muito mais graves do que algazarras provocadas por escravos turbulentos talvez embriagados, aproveitando suas folgas para dar vazão a seus complexos. Mas o castigo - duzentos açoites em praça pública severo demais, tem em mira oferecer um exemplo, de modo a evitar distúrbios mais graves para o futuro. É particularmente a "lei" que se sente ofendida. E mais um ofício com a mesma data, completa a série de medidas tomadas, envolvendo, assim, todos os meios de defesa a fiscalização de que dispunham, então, as autoridades[11].

Importa perceber que em ambos os trabalhos, de Moura e Torres, que tratam abertamente da revolta, não se tenta entender as motivações dos revoltosos, os laços existentes entre eles ou o próprio desenvolvimento do levante em si[12].

Outro autor a mencionar acontecimentos que se dão no interior desse levante é Ricardo Pirola. Ao fazer isso, porém, não os situa como "Revolta do Monjolinho". Em *Senzala insurgente*, ao destacar certa tradição revoltosa em Campinas na primeira metade do século XIX, Pirola cita o seguinte episódio:

> Os domingos e as festas religiosas facilitavam a circulação e o encontro de cativos pela cidade. A própria Câmara Municipal chegou a expressar o clima de insegurança que essas datas geravam na população livre local. Em correspondência trocada com o presidente da província de São Paulo, no ano de 1819, a Câmara pediu que 8 homens das tropas da primeira linha da capital, armados com pólvora e chumbo, fossem enviados para a Vila de Campinas, durante os feriados e domingos, com o objetivo de garantir a segurança e a tranquilidade pública. O pedido ocorreu justamente depois de um tumulto ocorrido durante uma missa de domingo, quando um ordenança (soldado da guarda civil da época) foi atacado por cerca de 50 escravos, ao tentar prender um cativo que portava uma faca. Reclamavam os vereadores que os poucos ordenanças da vila não conseguiam

[11] *Idem*, p. 20.
[12] *Idem*; Clóvis Moura. *Dicionário da escravidão*, *op. cit.*

> controlar os encontros e batuques de escravos nos domingos e feriados santos[13].

Se, por um lado, o autor reduz os eventos que se deram no Monjolinho, por outro, e em comparação com Moura e Torres, avança na compreensão das motivações do escravo — isso decorre do fato de que, à diferença desses dois últimos autores, Pirola não se limitou ao uso das fontes dos *Documentos interessantes*. O historiador, nesse sentido, adicionou uma nova fonte à leitura dos eventos do Monjolinho (ainda que outra tenha passado despercebida).

Nesse movimento, o autor nos informa que, em meio ao "clima de insegurança" vivenciado em Campinas nas primeiras décadas do Oitocentos, despontou um tumulto por conta de um cativo que portava uma faca e, ao ser repreendido por um Ordenança, foi socorrido e auxiliado pelos escravos que lhe eram próximos, todos do Monjolinho. Para por aí sua leitura desse evento; afinal, não era exatamente o foco do autor tratar daquele acontecimento.

Há indícios que nos levam a crer que a Revolta do Monjolinho merece mais atenção. À luz das fontes aqui transcritas, pode-se repensar aquele episódio e assim adicionar mais um capítulo à rebeldia escrava no Oeste Paulista no começo do XIX. Cabe agora dois breves comentários sobre a transcrição e o contexto de produção dessas fontes.

Os ofícios aqui publicados foram transcritos de modo a respeitar a grafia, pontuação, maiúsculas e minúsculas e composição das frases originais. Apenas algumas abreviaturas, sobretudo aquelas que não estavam no começo e final do texto, foram escritas por extenso a fim de dar melhor fluidez à leitura.

Essas duas representações, uma feita pela Câmara de São Carlos e outra pelo proprietário dos cativos revoltosos, permitem vislumbrar melhor o estopim, bem como outras nuances, do breve conflito que terminaria com cativos sendo açoitados no Pelourinho da vila. Novos ângulos que podem ser mais bem apreendidos ao considerar aqueles que produziram originalmente esses documentos em seu devido contexto.

A primeira das fontes transcritas trata de uma representação da Câmara de Campinas, assinada por Antonio Teixeira de Camargo, José Ferreira Nogueira, Belizário de Camargo e Andrade e Vicente Godoy Barreto, no dia 23 de fevereiro de 1819, enviada para o

[13] Ricardo Pirola. *Senzala insurgente*, *op. cit.* p. 43.

governo da capitania. Ali, os camaristas informam o ocorrido e solicitam apoio para a devida punição dos envolvidos.

Desse ofício, porém, emergem outras dimensões do governo dos escravos a nível local. De início, o ofício menciona que era proibido "trazer faca para dentro da vila", determinação essa passada pelo juiz ordinário e por editais de público conhecimento; já no seu final, ao solicitar apoio e o reforço das forças de repressão, o texto deixa transparecer outra preocupação: os "barulhos de negros" nos domingos e dias santos. É possível notar, portanto, que os camaristas estavam empenhados em controlar a presença de armas na vila, a circulação de escravos nos dias festivos e os seus ditos "barulhos".

Toda essa preocupação não parece ter atingido, por outro lado, o senhor de escravos envolvido no episódio. Em resposta ao ofício enviado pela Câmara de Campinas para o governo da capitania no dia 23 de fevereiro, o proprietário dos cativos revoltosos, Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, envia um ofício próprio com a sua versão dos acontecimentos dois dias depois, no dia 25 de fevereiro. O Brigadeiro era tido como um dos mais ricos da capitania à época dos acontecimentos. Além disso, também era influente e estabelecia importantes contatos no Oeste Paulista. Em 1797, recomendava o capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Góes, que a carga de açúcar a ser exportada no porto de Santos assim o fosse com brevidade, e entre as cargas, com mais urgência e prioridade ainda, fossem a do Brigadeiro. Já em 1817, destacava o governador general, Conde da Palma, que "o então coronel Luiz Antonio é 'sem dúvida o primeiro proprietário e agricultor desta Capitania'"[14].

Essa breve descrição é suficiente para notar que aqueles escravos faziam parte das redes de influência de um proprietário importante, que — como demonstra o teor do documento transcrito a seguir — agiria para suavizar as inevitáveis penas que viriam aos envolvidos. Afinal, "muitos acreditavam que o escravo rebelde de um dia, após uma sessão de açoites, podia vir a cortar cana no dia seguinte, disciplinadamente"[15]. Parece ser esse o caso do Brigadeiro Luís Antonio.

---

[14] Daniel Damasceno. *Os "facciosos" de São Paulo (considerações acerca da Bernarda de Francisco Ignácio) 23.05.1822 - 25.09.1822*. Dissertação de Mestrado em História: Universidade de São Paulo, 1993, p. 33. Ainda sobre a riqueza do Brigadeiro, ver: Nanci Leonzo. "Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luís Antonio de Souza". In: *Anais do Museu Paulista*: História e Cultura Material, XXX (1981), pp. 241-254.

[15] João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 87.

Assim, é possível perceber sutilezas em torno da visão dos acontecimentos (como a *faca* portada pelo feitor e o momento da prisão deste mesmo escravo) entre o *proprietário* e as *autoridades locais*, motivadas pelos distintos interesses em jogo.

Aos camaristas, como se lê nas entrelinhas do ofício, há uma nítida preocupação não apenas com os escravos revoltosos, mas com todos os demais cativos, indício de um temor entre as autoridades de uma possível revolta de escravos. Já para o Brigadeiro Luís Antonio, o desejo de não perder parte de sua valiosa e vasta propriedade se reflete no tom contemporizador do ofício, bem como nas palavras amenizadoras que ele escolhe empregar. Ao que tudo indica, logrou sucesso: passada a punição dos 200 açoites em praça pública, seus escravos voltaram a estar à sua disposição para o que bem entendesse.

Ademais, e aventando agora a perspectiva não das autoridades, sejam elas senhoriais ou administrativas, mas sim dos escravos, os ofícios a seguir revelam também a solidariedade e os laços de sociabilidade entre os cativos de um mesmo engenho em um momento de tensão e conflito. De certa forma, revela-se aí a força das "comunidades de senzala" observadas por Robert Slenes[16], visto que esse sentimento de *comunidade* sobressai na raiz do enfrentamento entre cativos do Monjolinho e autoridades de Campinas naquele ano de 1819.

Referências

BRUNO, Ernani (org.). *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado, 1977.

DAMACENO, Daniel. *Os "facciosos" de São Paulo (considerações acerca da Bernarda de Francisco Ignácio) 23.05.1822 - 25.09.1822*. Dissertação de Mestrado em História: Universidade de São Paulo, 1993.

DOCUMENTOS interessantes para a história e costumes de São Paulo: ofícios, bandos e portarias dos senhores governadores interinos da capitania de São Paulo. Anos 1817 a 1819. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1963. v. 88.

LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese de Doutorado em História: Universidade de São Paulo, 1979.

LEONZO, Nanci. "Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luís Antonio de Souza". In: *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, XXX (1981), pp. 241–254, 1981.

LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Ed. USP, 2024.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*: trabalho, luta e resistências nas lavouras paulistas. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 2018.

[16] Robert Slenes. *Na senzala*, *op. cit.*

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e Ed. USP, 1994.
MENDES, André Oliva. *São Paulo e seus documentos interessantes*: *representações e patrimonialização da história paulista*. Curitiba: Appris, 2019.
MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ed. USP, 2022.
MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.
PETRONE, Maria. "O desprezado 'ciclo do açúcar' paulista (1765-1850)". In: ODÁLIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Ed. da UNESP, Imprensa Oficial, Arquivo Público do Estado, 2010, v. 1, pp.
PIROLA, Ricardo. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família* escrava*: Brasil Sudeste, século XIX*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Um lavrador paulista do tempo do império*. Piracicaba: Equilíbrio, 2010.
XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/Ed. Unicamp, 1996.

Recebido em 24 de novembro de 2025.
Aprovado em 08 de junho de 2026.

Arquivo Público do Estado de São Paulo - C0235 - 1.1.44.
Representação da Câmara de São Carlos. São Carlos, 23 de fevereiro de 1819.

[fl. 1]
Esta Camara leva a Prez. de V. Exca. e S. Sas. Suas Senhorias a presente representação, inspirando a pronta providência que ela exige. Sendo determinado pelos Excelentíssimos Corregedores que não consinta pessoa alguma trazer faca para dentro da vila [e tendo] os juízes ordinários desta vila determinado por editais o cumprimento desta determinação acontece que no dia 21 do corrente prendendo o Alcaide desta Vila um escravo do Brigadeiro Luís Antônio de Souza do Engenho denominado Monjolinho por trazer uma grande face ao cinto, acudiram todos os mais negros do mesmo Engº que passam de 50, e não só tiraram o preso do poder do alcaide, como feriram e maltrataram de pancadas que quase o mataram e por que acudiram alguns capitães do mato, correram os negros todos a casa do seu senhor; onde se munirão de facas e armados investiram a todos que lhe fizeram frente gritando = mata, mata, passando a excesso de atropelarem aos que procuravam algumas casas para se acoitarem, bem como aconteceu a um ordenança que procurando a casa do Reverendíssimo Vigário chegaram os negros a porta do mesmo, que se não fossem embaraçados pelo reverendo Luis Antonio Lobo de Saldanha, que ali se achavam dois escravos de certo dentro de casa matavão o dito Ordenança, tudo acontecido em ocasião que o povo todo se achava na Igreja fazendo preces de onde foi chamado diversas
[fl. 2]
vezes o Comandante Militar para fazer rebater aquele insulto apenas começou o povo a sair da Igreja entraram os escravos todos à casa de seu Senhor, armaram-se e saíram unidos com o feitor Gregório Domingues em marcha para o Engenho cantando e gritando, que chegassem lá e outras moças próprias de semelhantes gentes e na mesma noite mandou o Juiz Ordinário vinte e seis pessoas de ordenanças e milicianos dados pelo Comandante Militar inclusive o Sebastião ao Engº do Monjolinho a prender os delinquentes resistidores da Justiça, e acharam os negros armados de foices e porretes, fazendo resistência se viu obrigado a retirar-se a gente que foi mandada, tirando feridos três, um em perigo de vida, e se não retirassem morreriam todos os delinquentes, só se acha preso um que voltou a esta vila no outro dia a acompanhar ao feitor do

Monjolinho, aliás do Engº de Santo Antônio, que se dirigiu a essa cidade. Acha-se esta justiça na circunstância de não poder reprimir tais desordens por não haverem poder contra a força e ficando impunidos tais delitos ficam os escravos de mão alçada a fazerem maiores insultos, a ponto de algum levante, que não será difícil onde o número de escravos é igual a todo o mais povo, para rebater esta ousadia, ser a justiça respeitada, evitar os insultos das desordens que são frequentes por causa da mesma escravatura que nos domingos e dias santos encher a vila. Roga a V. Exca. e S. S. hajam de mandarem que visto haverem nesta
[fl. 3]
vila quatro companhias de milicianos impreterivelmente por distribuição se aprontem oito soldados armados de pólvora e chumbo, para em cada domingo e dias santos rondarem a Vila não consentindo barulhos de negros, ajuntamentos e danças, donde nascem mil desordens. Cuja providência parecendo-nos tão acertada esperamos que seja do agrado de V. Exas. e Suas Senhorias a quem Deus Guarde.
Camara de 23 de fevereiro de 1819.

Deus Guarde. V. Exas. Suas Senhorias.

Antonio Teixeira de Camargo
José Ferreira Nogueira
Belizário de Camargo e Andrade
Vicente Godoy Barreto

Arquivo Público do Estado de São Paulo - C0235 - 1.1.44.
Representação feita pelo Brigadeiro Luiz Antonio de Souza. São Carlos, 25 de fevereiro de 1819.

O brigadeiro Luiz Antonio de Souza vem a Presença de V. Ex. representar o sucesso infeliz, que acaba de suceder na sua Fazenda do Monjolinho e pedir ao mesmo tempo o castigo para os escravos que motivaram aquela desordem que foi.
No dia domingo 21 do mês passado de Fevereiro aconteceu virem oito dos escravos da mesma fazenda a vila de São Carlos em cujo distrito ela é situada, e sendo preso um deles por um preto capitão do mato por lhe achar uma faca, da qual V. Ex. sabem usam na roça todos eles, os sete companheiros o tiraram ao dito capitão do mato, e

o Feitor da Fazenda Gregorio Domingues em vez de o entregar a justiça como devia, não só não cumpriu com este seu dever, mas até desobedeceu ao honrado Juiz Ordinário Antonio Teixeira de Camargo que o mandou chamar e levou os escravos para a Fazenda: então o Juiz mandou prendê-los pela Justiça, auxiliado por Milicianos e Ordenanças, a qual excedendo certamente as ordens que levava, entrou na Fazenda de noite dando tiros, com que logo chumbearam um escravo, que encontravão, então o Feitor dito passando de extremo ao extremos ao invés de sujeitar-se e ir entregar o preso, e os outros sete escravos, que havião tirado da prizão o seu parceiro, se fez forte, mandou armar a escravatura, que por ser quase toda de negros novos e boçaes, obdeceu e resistiu a justiça, resultando deste excesso vários ferimentos, ainda que temitantes [?], tanto da parte dos Escravos, como dos que auxiliaram a Justiça, a exceção de um escravo do Suppº que levou uma cotilhada [?] no pescoço, além do outro chumbado antes de se emitir a ordem de prisão: nestes termos o Supple.

Pa. Vs. Exca. sejam servidos mandar que sejam presos os oito escravos do Suppe. que deram causa aquele atentado, sendo todos castigados severamente para exemplo dos demais.